

**PROCESSO** - A. I. Nº 232948.0604/08-6  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - QUEIROZ TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 5ª JJF nº 0222-05/09  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 06/10/2009

### 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO CJF Nº 0262-11/09

**EMENTA:** ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS PARA O ATIVO FIXO DO ESTABELECIMENTO. Constatando-se que a empresa havia optado pela sistemática do crédito presumido, em substituição ao regime normal de compensação do ICMS (créditos/débitos), nenhuma censura merece a Decisão de primeiro grau administrativo que expurga do lançamento de ofício o diferencial de alíquota relativo ao período em que vigorou a opção, tendo em vista a expressa previsão regulamentar desobrigando o contribuinte do pagamento da referida parcela. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O presente Recurso de Ofício tem por objeto a Decisão proferida pela 5ª JJF, que julgou procedente em parte este Auto de Infração, no qual o autuante apurou o cometimento das seguintes irregularidades pelo sujeito passivo:

1. Recolheu a menor ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto nas prestações de serviço de transporte rodoviário. ICMS no valor de R\$ 21.736,92 e multa de 60%.
2. Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. ICMS no valor de R\$229.744,00 e multa de 60%.
3. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS oriundo de operação não tributada de serviço de transporte intermunicipal. ICMS no valor de R\$819,62 e multa de 60%.

Na Decisão submetida à revisão desta Câmara de Julgamento Fiscal, o Órgão de Primeiro Grau julgou inteiramente procedentes as infrações 1 e 3, ante o reconhecimento por parte do sujeito passivo, e procedente em parte a infração 2, consoante fundamentação a seguir reproduzida:

*“Na infração 02 está sendo exigido ICMS em decorrência da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação, destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.*

*O RICMS estabelece no art. 5º, I, que para efeitos de pagamento da diferença de alíquotas, ocorre o fato gerador do ICMS no momento da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou ativo permanente do próprio estabelecimento.*

*A norma regulamentar, amparada na Lei Complementar 87/96, dita também a regra que excepciona esta obrigação, ao dispor no art. 7º que não é devido o pagamento da diferença de alíquotas, nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, efetuadas por transportadores que tenham optado pelo crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionado ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas.*

*A defesa prende-se à tese de que participava do regime de crédito presumido, nos exercícios de 2003 e de 2004, e como transportadora não estava sujeita ao pagamento do imposto que lhe está sendo exigido. Também no*

*exercício de 2007, compensou o ICMS referente à diferença de alíquotas na conta corrente fiscal, conforme registro no Livro de Apuração de ICMS.*

*O autuante ao prestar a informação fiscal, concorda que o autuado tem razão ao afirmar que fora cobrado indevidamente o diferencial de alíquota no período de 31/01/2003 a 30/09/2003, por participar do regime do crédito presumido e no período de 31/01/2007, no valor de R\$38.815,00 por ter compensado na conta corrente fiscal (escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS).*

*Ressalta, contudo, que o autuado retornou ao regime normal, a partir de 01/06/2004, conforme comprova o Termo de Opção, fl. 104, perdendo, portanto, o direito de não recolher o diferencial de alíquota no período de 01/06/2004, até a presente data. Outrossim, esclarece o auditor fiscal, que como foram feitas compras de veículos, em outros estados a partir dessa data, o autuado está obrigado a recolher o referido diferencial de alíquota.*

*Assim, conclui, o autuante, que o valor da infração fica diminuído para R\$ 89.501,80, referente às ocorrências de 01/11/04 a 19/07/06.*

*Concordo com os novos valores apontados pelo autuante, com a exclusão dos valores relativos ao período de janeiro de 2003 a setembro de 2003, e de janeiro de 2007, do demonstrativo de fl. 41, pois encontra-se em consonância com a legislação do ICMS, que ampara a demanda do contribuinte postulada em sua defesa.*

*Infração parcialmente elidida, e o demonstrativo de débito assume a configuração abaixo:*

<i>D. de Ocorrência</i>	<i>D. de vencimento</i>	<i>Base de cálculo</i>	<i>Alíquota</i>	<i>ICMS</i>
01/11/2004	09/12/2004	120.588,23	17%	20.500,00
21/10/2005	09/11/2005	93.183,52	17%	15.841,20
11/01/2006	09/02/2006	46.591,76	17%	7.920,60
26/05/2006	09/06/2006	105.705,88	17%	17.970,00
01/06/2006	09/07/2006	80.205,88	17%	13.635,00
19/07/2006	09/08/2006	80.205,88	17%	13.635,00
<i>Total</i>				89.501,80

*Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores recolhidos."*

Em atendimento ao art. 169, inciso I, alínea "a", item 1, do RPAF/99, a 1ª JF do CONSEF recorreu de Ofício a esta CJF.

## VOTO

Inicialmente, cumpre consignar que só é objeto do presente Recurso de Ofício a Infração 2, julgada parcialmente procedente pela Junta de Julgamento Fiscal.

Da análise dos autos, constata-se que o contribuinte é um transportador e, no período de 22/07/1996 a 01/06/2004, optou, mediante termo regularmente lavrado no livro próprio (fls. 98 e 104), pela sistemática de créditos presumidos, prevista no art. 96, XI, do RICMS, em substituição ao aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas para apuração do imposto pelo sistema de compensação (crédito/débito).

Assim, no mencionado período, a teor do art. 7º, IV, "c", do RICMS, não poderia ter sido exigido do sujeito passivo o pagamento do diferencial de alíquotas de bens do ativo fixo da empresa, diretamente ligados às atividades de transporte, *in verbis*:

*"Art. 7º Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas:*

*IV - nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/2011, efetuadas por (Lei Complementar nº 87/96):*

*(...)*

*c) transportadores que tenham optado pelo crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionado ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas;"*

Quanto ao fato gerador relativo ao mês de janeiro de 2007, o contribuinte demonstrou ter lançado a débito o diferencial de alíquotas no registro de apuração adequado, compensando-o com os créditos do período, o que é absolutamente regular.

Revela-se, nesses termos, correta a Decisão de primeiro grau que, excluindo da autuação as exigências relativas aos meses de janeiro, fevereiro, março e setembro de 2003 e janeiro de 2007,

julgou procedente em parte a autuação, para reduzir o valor inicialmente lançado na infração 2 para R\$89.501,80.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232948.0604/08-6**, lavrado contra **QUEIROZ TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$112.058,34**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, alíneas “a”, “f” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2009.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS